

O controle da opinião pública em tempos de desinformação: contribuições de Nilson Lage

Sérgio Luiz Gadini
Karina Janz Woitowicz

Resumo:

O presente ensaio tem o propósito de evidenciar as contribuições do professor e pesquisador Nilson Lage para o debate sobre as complexas relações entre a mídia e a opinião pública. Publicada em 1998, a obra *Controle da opinião pública* sintetiza as reflexões do autor sobre a 'verdade conveniente' e mantém força de atualidade para entender ondas de desinformação em redes digitais. Ao recuperar as bases teóricas e contextuais que fundamentam o estudo de Lage, o texto apresenta aspectos históricos em torno da formação da opinião pública em cenários de autoritarismo, retoma as hipóteses do autor sobre o controle da opinião e propõe um diálogo em torno dos processos de difusão de desinformação que reconfiguram a manifestação da opinião e a criação de consensos no ambiente digital.

Palavras-chave: Opinião Pública. Controle Social. Nilson Lage.

The control of public opinion in times of disinformation: Nilson Lage's contributions

Abstract:

This essay aims to highlight the contributions of professor and researcher Nilson Lage to the debate on the complex relations between media and public opinion. Published in 1998, the book *Controle da opinião pública* summarizes the author's reflections on the 'convenient truth' and maintains current strength to understand waves of disinformation in digital networks. By retrieving the theoretical and contextual bases that underlie Lage's study, the text presents historical aspects around the formation of public opinion in scenarios of authoritarianism, resumes the author's hypotheses about opinion control and proposes a dialogue around the disinformation dissemination processes that reconfigure the expression of opinion and the creation of consensus in the digital environment.

Keywords: Journalism. Teaching. Communication Theory.

Recebido em: 22.03.22
Aprovado em: 02.05.22

Sérgio Luiz Gadini

Jornalista, mestre e doutor em Comunicação. Professor do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR).

E-mail: sergiogadini@yahoo.com.br

Karina Janz Woitowicz

Jornalista, professora Doutora do Curso de Jornalismo e do Programa de Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR). Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq (PQ2).

E-mail: karinajw@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
v.19, n.1, jan./jun. 2022.
ISSNe 1984-6924

“Se você soubesse como se faz propaganda, nunca mais ouviria ou assistiria quase nada” (Nilson Lage)

Na segunda metade dos anos 1990, o professor Nilson Lage (1936 - 2021), há poucos anos já trabalhando na Ilha de Santa Catarina, depois de se aposentar na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), organizou textos de uma pesquisa a respeito de estratégias e técnicas de construção da opinião pública, o que resultou no livro *Controle da opinião pública*, publicado em coedição entre o Instituto de Pesquisas e Educação para o Jornalismo (IPEJ) e a editora Vozes (1998).

O presente ensaio destaca algumas das principais hipóteses, conceitos e referências que, pela abordagem explicativa assumida no referido livro, asseguram uma importante contribuição para entender problemas sociais que envolvem as mesmas estratégias de construção da opinião pública em um momento em que as disputas por representações sociais nos ambientes digitais e relações presenciais potencializam a veiculação massiva de inverdades ou, como diria Lage, de supostas “verdades convenientes”.

A trajetória do autor dispensa maiores informações, mas vale uma breve contextualização, trazendo ao diálogo a abertura da nota biográfica (em forma de obitório) que o diário carioca *O Globo* (em 24/08/2021) publicou por ocasião da morte do professor Nilson Lage, texto que sintetiza algumas das características do autor de diversos livros na área de Jornalismo.

Observador crítico da realidade brasileira, morreu na noite desta segunda-feira o jornalista e acadêmico Nilson Lage, aos 84 anos, após dois anos de tratamento contra um câncer de pulmão. Profissional com mais de 50 anos de atuação, Lage passou pelos principais veículos de imprensa do Brasil, mas foi na formação de uma geração de jornalistas, como professor da Escola de Comunicação da UFRJ e da UFSC, que deixou sua marca (*O Globo*, 24/08/2021).

‘Observador do mundo’, como sugere o título do próprio blog autoral, Nilson Lage jamais se furtou em expressar as percepções críticas diante dos incontáveis e recorrentes problemas sociais registrados no país, na grande maioria das vezes de forma crítica, direta e com a necessária clareza que marca uma coerência explicativa e em sintonia com a própria história de vida. Com passagem profissional por diversos veículos da mídia brasileira (*O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Revista Manchete* e *TV Educativa* do Rio de Janeiro), o autor escreveu livros que se tornaram base para formação na maioria dos cursos de Jornalismo no país.

Para Samuel Pantoja Lima (2021), uma das maiores contribuições do professor Nilson Lage está relacionada com o conceito de notícia. “O professor Nilson desenvolve essa categoria em sua primeira grande obra (‘Ideologia e Técnica da Notícia’), que iria influenciar, decisivamente, o entendimento de outro grande nome da teoria do jornalismo. Falo de Adelmo Genro Filho [...]”. Além de *Ideologia e técnica da notícia* (editora Vozes, 1979), o professor publicou *Estrutura da notícia* (editora Ática, 1985), *Linguagem jornalística* (editora Ática, 1986), *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa* (editora Record, 2001) e *Teoria e técnica do texto jornalístico* (editora Elsevier, 2005).

Mas a contribuição autoral de Lage foi além do jornalismo, publicando obras históricas (*A fé e os índios, 500 anos de censura, Canudos e Chibata: o povo vai à luta, 1964 a 1968: o golpe em duas etapas* e *Guerras do sul: dos Farrapos ao genocídio paraguaio*), além da coletânea *Controle da opinião pública* (Vozes, 1998).

No site *Observador do Mundo*¹, Lage publicava “artigos acadêmicos, livros (resenhas e, quando esgotados, textos em pdf), textos de divulgação de história e registros de memória pessoal”, além de postagens autorais no *Facebook*, na maioria dos casos em forma de análise, crítica ou comentário sobre temas e problemas

¹Disponível em: <https://nilsonlage.com.br/>

sociais da atualidade. Assim, o objeto discutido no presente ensaio está disponível em versão PDF na página de Lage.

Quais as principais hipóteses e conceitos que orientam a análise que apresenta e explica os processos e estratégias de formação da opinião pública? Para situar, vale trazer aqui as dicas que constituem a “nota do autor”.

Este livro foi organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo é uma espécie de prefácio, em que se invocou Platão para explicar o espírito da investigação que começa; os três capítulos seguintes – 2, 3 e 4 – tratam de aspectos relacionados com o uso diretivo da linguagem; os capítulos 5, 6 e 8 tratam de assuntos relacionados com a Lógica, a filosofia da linguagem e o pensamento; o capítulo 7 aborda os fatores que determinam o interesse por um assunto, enunciado ou tema; os capítulos 9, 10 tratam de história – a construção do cenário em que se processa atualmente o controle da opinião pública; o capítulo 11 expõe as hipóteses que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes; os capítulos restantes, até o 14, abordam fenômenos recentes em que se manifestam operações de controle de opinião pública (LAGE, 1998, p.11).

“Admite-se, assim, que o leitor interessado na temática mais atual ou jornalística comece a ler pelo capítulo 11, e deixe o começo do livro para depois, se gostar”, sugere o próprio autor. A última nota e frase informativa é uma marca do professor Lage, sempre preocupado em assegurar transparência e prestação de contas do trabalho realizado na Universidade Pública: “o livro foi produzido parcialmente com tempo – portanto custo – cedido pela Universidade Federal de Santa Catarina (dez horas semanais, por dois semestres, como projeto de pesquisa”. Simples. Fundamental. Direto ao ponto!

Na esteira da pista à leitura do autor, o presente ensaio discute e dialoga com o que pode ser caracterizado como eixo básico das hipóteses explicativas para entender os processos e estratégias de construção da opinião pública, que servem de orientação para analisar as perversidades registradas em gestões totalitárias (principalmente os estados nazifascistas) no século XX e que mantêm força de atualidade para compreender situações reais do tempo presente, nas primeiras décadas do século XXI.

É a partir desta contextualização que se pensa, avalia e surgem diálogos necessários para estudar fenômenos recentes, como a propagação de mentiras em redes sociais, de forma orquestrada e, em muitos casos, abusivamente explícitas com uso de dinheiro público e a instrumentação de estruturas de representação política do que seriam formas de estados modernos.

Oportuno ainda situar, nesta breve introdução, que o recorte analítico ao presente texto atende aos limites de *time* textual, focado em destaques de contribuições da obra e trajetória do professor Nilson Lage. Vale, aqui, considerar que a produção reflexiva do professor Lage carrega marcas do momento histórico em que foi realizada sem, no entanto, perder consistência e coerência argumentativa. A segunda metade dos anos 1990 registra uma expectativa com o fim da Guerra Fria e o avanço de bases do pensamento neoliberal, que via no fim da União Soviética (URSS) e na emergência de repúblicas em disputa por territórios nacionais uma frente ao avanço de corporações de indústrias, comércio e serviços para ampliar consumo, propagandas e logicamente aumento lucrativo.

Outra referência que marca o final dos anos 1990 e o início da primeira década do século XXI é a aposta na formação de grandes blocos econômicos, em que alguns países hegemônicos iriam ampliar mercados, aceitando migrantes apenas em condições de subtrabalho precarizado sem qualquer preocupação com inclusão. É o que Néstor García Canclini (2010) nomeou como o paradoxo global que via na maioria das populações apenas um potencial consumidor, nada cidadão. Do ponto de vista da disputa por hegemonia, trata-se de um momento histórico em que conglomerados transnacionais (inclusive os midiáticos) querem dispensar

governos de países para “anexar” milhões de potenciais consumidores. O exemplo ilustrativo era a insistência dos EUA sobre o governo brasileiro (PSDB) para aderir à área de livre comércio das Américas (ALCA), abrindo as portas, sem dar nada em troca. Não fosse a troca de gestão em 1º de janeiro de 2003, talvez hoje o Brasil poderia ser outra “extensão” do controle econômico norte-americano no México, cuja conta da suposta parceria do Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) sobrou, de novo, à maioria da população.

A partir da contextualização em torno do momento em que a obra de Lage foi produzida, são apresentados ao longo do texto alguns fundamentos que embasam a formação da opinião pública, com o propósito de demarcar as contribuições do autor na elaboração de reflexões sobre a realidade em pauta, com estreitas relações com as relações de poder. Além disso, busca-se estabelecer diálogos em torno da opinião pública em tempos de crescente desinformação e reconfiguração do cenário midiático, de modo a evidenciar a pertinência e a atualidade dos escritos de Lage.

Sobre ‘lições do fascismo’

“O império não tem qualquer interesse no desenvolvimento autônomo dos países clientes”
(LAGE, 1998, p. 317)

As reflexões que atravessam a obra do professor Lage – seja pelo conhecimento adquirido, formação intelectual ou experiência profissional –, sem dúvida, registram as marcas contextuais de um autor com o claro discernimento do que foram os estados totalitários e como a lógica das relações capitalistas permearam os diversos momentos e situações que envolvem os processos de controle de opinião ao longo do século XX, a partir do Brasil. “Como todo movimento político, o fascismo é o espaço de convergência de processos simultâneos. Ocorre quando a desesperança acomete os intelectuais e o desespero as massas”, explica Lage no ensaio (do capítulo 12) que foca as “lições do fascismo” (1998, p. 313-351).

É aí que Nilson Lage destaca outro vício recorrente no debate sobre estados totalitários, em particular nos meios intelectuais do país. “A estratégia de desqualificar o fascismo implica a aceitação de um de seus postulados: o de que a verdade é aquilo que convém a quem detém o poder de convencimento, ou aquilo em que as pessoas acreditam” (LAGE, 1998, p. 314).

Oportuno compreender em quais condições se fortalecem governos e regimes totalitários, como o registrado na Europa do início do século XX. “A situação de recessão – a que mais consulta os interesses imediatos do capital financeiro – não permitia movimentos trabalhistas poderosos como os que marcaram a primeira metade do Século XIX”, explica Lage (1998, p. 316).

Quando uma situação destas se prolonga, gerando desemprego estrutural, é claro que o estrangeiro que chega à procura de trabalho a qualquer preço – ou aquele que ocupa certa faixa de atividade econômica, formando uma espécie de quisto de solidariedade em benefício de outros imigrantes da mesma origem – aparece como o inimigo imediato e visível. Daí o racismo, que se especificou localmente como anti-semitismo, ou antieslavismo: na essência, é contra o imigrante, seja ele polaco, iugoslavo, turco, árabe, judeu, nordestino, banto ou asiático (LAGE, 1998, p. 316).

O professor Lage resume algumas matrizes ideológicas para explicar o “universo” do fascismo.

1) “a descoberta de que o homem não é um ser essencialmente racional, de que a verdade não lhe é evidente ao ser enunciada e que a razão lhe serve, o mais das vezes, para explicar-

-se a si mesmo e convencer os demais [...]”; 2) “a suposição de que, por mais democrática que se pretenda a estrutura, haverá sempre alguns homens que comandarão outros homens [...]”; 3) “a semiologia rudimentar segundo a qual o homem é um ser simbólico, que associa formas a conteúdos e que tem, não apenas memória curta para os fatos objetivos, mas também memória de longo termo difusa, coletiva, na qual guarda antigas associações e valores [...]”; 4) “a relatividade da verdade e a força de convencimento do que é simples, evidente e imediato. Por esse princípio, se uma verdade é complexa, ela não deve – e, na verdade, não pode – ser dita ao homem comum, que a rejeitará, na medida em que o contraria ou agride seus valores [...]. A versão mais simples e mais intuitiva é sempre a mais aceitável”; 5) “a convicção de que nenhuma razão, exceto a mobilização coletiva da vontade, constrói a História” (LAGE, 1998, p. 321).

O autor, a partir da leitura e compreensão de clássicos que estudaram o fenômeno de propaganda aparelhada pelo estado no nazi-fascismo (principalmente Serge Tchakhotine e Jean-Marie Domenach), explica o controle de opinião. As “leis de Domenach” caracterizam a propaganda política para além de eventos ou disputas eleitorais. Trata-se de um clássico que mantém atualidade para compreender campanhas permanentes de conglomerados empresariais de mídia e também de alguns países que operam na lógica da dominação e controle imperialista.

“Lei da simplificação e do inimigo comum (1) – consiste na apresentação da doutrina simplificada e da eleição de um inimigo comum, um culpado pelos males sociais”, explica Lage (1998, p. 335). O inimigo comum “funciona como para-raios, atraindo os descontentamentos que ocorrem godelianamente mesmo na sociedade mais perfeita” (1998, p. 337), completa.

Em seguida, a “lei da ampliação e desfiguração (2) – um problema essencial da informação jornalística é a não-equivalência entre a proporção do evento e a proporção da notícia. O tratamento retórico usual das editoriais de polícia dá sempre a impressão de criminalidade crescente e incontrolável”, exemplifica Lage (1998, p. 338). “Os argumentos são tornados grosseiros, de modo a serem percebidos com ênfase. Vão, eventualmente, além das palavras: um murro na mesa, uma bofetada no rosto do adversário pode tornar-se atitude política, como o voto numa assembleia” (1998, p. 339), diz o autor.

A terceira lei da propaganda, de acordo com Domenach, é a orquestração (3), que “pressupõe a ocultação, se possível, dos fatos inconvenientes”, diz Lage.

É constante em qualquer propaganda a repetição, que fixa a forma da mensagem: o estribilho da canção, o passo da dança, o gesto, a locução, a frase. No entanto, para fixar um conteúdo a propaganda, tal como a concebia Goebbels, deve orquestrar a mensagem, fazendo com que ela seja repetida de várias formas, quer para atingir diferentes públicos quer para chegar ao mesmo público em diferentes situações (LAGE, 1998, p. 340).

A quarta regra é a “lei da transfusão” (4). “Por mais poderosa que seja, ou pense ser, a publicidade não é mais do que um discurso. Como tal, não cria sentimentos; apenas inventa igualdades, semelhanças e relações” (LAGE, 1998, p. 342). “Isto significa que o discurso publicitário deve assentar-se sobre valores, atitudes ou comportamentos preexistentes” (LAGE, 1998, p. 342), completa. O quinto e último eixo é a “lei da unanimidade e do contágio” (5).

O princípio, provavelmente o mais importante de tudo que se disse sobre propaganda (e também sobre controle de opinião, que é uma ampliação desse conceito), resume-se, à primeira vista, a um axioma simples: ‘se alguém está convencido de que todos pensam de dada maneira, então pensará ou dirá que pensa dessa maneira. (LAGE, 1998, p. 342).

O conhecimento sobre o modo como os discursos operam com vistas à legitimação da propaganda política encontra suporte no livro de Nilson Lage em forma de leitura sócio-histórica da construção da opinião. O autor considera o poder dos meios de comunicação no desenvolvimento de estratégias de coerção

e de convencimento, sem perder de vista aspectos que envolvem o contexto e as relações estabelecidas com os diferentes públicos. Assim, a formação da opinião pública é entendida em sua complexidade, levando-se em conta as condições sociais, políticas e econômicas que marcam a sociedade em uma determinada época.

Controle da opinião e disputas em torno de uma “unanimidade relativa”

As 11 hipóteses sobre opinião pública, em síntese organizada pelo próprio autor (LAGE, 1998, p. 307-312), apontam um claro e compreensível percurso que estrategistas de mídia e propaganda lançam mão para influenciar nos processos de construção da opinião pública e, pontualmente, tentar controlar a opinião.

Hipótese 1: O objetivo do controle de opinião pública é preservar ou instaurar estado de coisas em benefício de um sistema de poder [...]

Hipótese 2: O controle de opinião pública jamais é absoluto numa sociedade moderna [...]

Hipótese 3: Os sistemas de poder modernos baseados na produção de conhecimento beneficiam-se da veiculação controlada de informação divergente. É indispensável certo grau de contradição na informação para que o sistema funcione [...]

Hipótese 4: O controle da opinião pública fundamenta-se na (a) restrição de versões inconsistentes com o estado de coisas pretendidos; (b) imposição de versões consistentes com o estado de coisas pretendido [...]

Hipótese 5: Fatos que contrariam versões dominantes de interesse do sistema de poder podem ser desqualificados como fenômenos inexplicáveis; ou ainda remetidos a especialistas [...]

Hipótese 6: O controle de opinião pública nas sociedades modernas fundamenta-se no domínio estatístico dos meios de informação pública, aferido pelas pesquisas de opinião [...]

Hipótese 7: Restrições à opinião divergente e imposição de versões são tão rigorosas e intensas quanto maior a abrangência do veículo e seu poder de gerar reações de empatia. Os veículos menos controlados são os de informação técnica destinados a especialistas e aqueles de informação geral que se destinam às elites sociais [...]

Hipótese 8: O controle de opinião é tão menos percebido quanto mais diversificados os mecanismos controladores e tão melhor expressam interesses particulares, ditos legítimos [...]

Hipótese 9: O controle de opinião pública pode ser conseguido pela a) restrição a versões divergentes ou imposição de versões convenientes aos produtores de informação pública; b) cooptação ou adesão voluntária dos mesmos produtores; c) combinação dos mecanismos anteriores [...]

Hipótese 10: Modernamente, é dita legítima qualquer atividade de controle de opinião pública que se realize independentemente da ordenação econômica e fora do enquadramento em ‘leis de mercado’; e legítima qualquer atividade de controle de opinião pública que, pelo contrário, se apoie na ordem econômica e se enquadre em ‘leis de mercado’ [...]

Hipótese 11: Salvo situações excepcionais, o controle de opinião exerce-se sobre versões, não sobre fatos. Essas versões permitem construir cenários convenientes do presente e do futuro (LAGE, 1998, p. 307-312).

As 11 hipóteses podem ainda servir de guia para compreensão conceitual e, guardadas as proporções, funcionam como roteiro metodológico para estudos de caso que envolvem produções de campanhas (culturais, de divulgação comercial e também em disputas eleitorais). Não se trata de aplicar, *ipsis litteris*, tais orientações para adaptar às situações pontuais, que envolvem ações de mídia com planejamento de produtos, serviços e processos comunicacionais. O exercício analítico metodológico, contudo, deve ser objeto de outro ensaio sobre a obra do professor Lage.

A sistematização de hipóteses sobre o controle da opinião pública evidencia que a disputa pela imposição de um modo particular de entender (gestar e administrar os espaços públicos) é uma constante, que se constrói, legítima ou se negocia cotidianamente. “A descoberta de que a unanimidade não precisa ser total é a grande contribuição do pensamento liberal para a teoria do controle

de opinião pública. Mesmo no mais totalitário dos regimes [...], há discordância marginal; em tempos normais e nos estados modernos, ela pouco importa” (LAGE, 1998, p. 352).

Como lembra o autor, “controlar a opinião pública é mais do que controlar os jornais ou impor que a televisão dê uma linha e não outra a suas novelas” (LAGE, 1998, p. 372). Para o autor, o controle da opinião coloca restrições para o exercício do diálogo e da crítica: “A unanimidade como sistema tende a eliminar a crítica e o livre debate passa a obedecer restrições mais rígidas do que as regras de uma luta japonesa de sumô” (1998, p. 377).

O público, mesmo o mais instruído, é incapaz de perceber sem ajuda que as campanhas dos jornais que falam do mau estado das estradas podem ser promovidas pelas associações de empreiteiras que ganham dinheiro com contratos para fazer essa conservação; que as matérias sobre mazelas da saúde pública podem ser pautadas pelas empresas privadas de seguro saúde, para aumentar a clientela; que dificilmente uma equipe de televisão estaria no local de confronto entre policiais e invasores de terras numa fazenda remota, de manobras militares na selva ou da abordagem de um navio com lixo nuclear por pacifistas se alguém não avisasse e criasse as condições para sua estada lá. Ignoramos o jogo de interesses por detrás das notícias. (LAGE, 1998, p. 378).

Contudo, em que pesem as reflexões de Nilson Lage acerca do poder dos meios e das reações do público às notícias divulgadas pelos veículos, permeadas por intencionalidades, é importante considerar que no percurso do autor há importantes críticas sobre abordagens teóricas deterministas, pautadas no princípio de manipulação do público, que desconsideram a diversidade presente na realidade social.

No artigo intitulado *A bolha ideológica e o destino do jornalismo*². Nilson Lage (2001) defende que “a realidade condiciona o discurso, e não o contrário”, propondo o exercício de repensar alguns pressupostos que permanecem presentes nos estudos da área, que dizem respeito ao poder absoluto dos discursos e à sua eficácia junto aos receptores. As experiências dos indivíduos e dos grupos sociais ocupam espaço importante em meio às estratégias de controle da opinião.

[...] se os veículos de comunicação e o jornalismo em particular tivessem tal poder de direção das “massas” – se existissem tais “massas” passivas, inertes, indefesas diante do veneno das mensagens midiáticas, então poderíamos dispensar a História e negar aos eventos qualquer outra causalidade. (LAGE, 2001, p. 45).

Assim, o controle da opinião depende de um processo complexo de construção de uma “unanimidade relativa”, que encontra adesão e reciprocidade em determinado contexto. Para o autor, o público segue padrões lógicos para pensar sobre a realidade, que conduzem à “aceitação ou rejeição, simpatia ou antipatia, engajamento ou indiferença” (LAGE, 2001, p. 47) e assim concebe o que Lage denomina de “mundos possíveis”.

Diálogos e relações possíveis no contexto da desinformação

O percurso analítico que Lage percorre para explicar o controle de opinião lembra e pode ser relacionado ao método histórico que o escritor norte-americano Noam Chomsky faz no documentário audiovisual *Consenso fabricado* (1992)³, ao destacar o papel da mídia empresarial nas campanhas sistemáticas pela insistência propagandística sobre os modos de pensar das maiorias (em geral, silenciosas e silenciadas) nas sociedades contemporâneas.

“O cidadão só tem uma maneira de defender-se do sistema de propaganda: o de adquirir algum controle sobre sua vida, vencendo o isolamento e organizando-se”, explica Chomsky, ao lembrar que “as ideias da livre associação, do controle

²Texto baseado em palestra proferida no Fórum de Professores de Jornalismo, Campo Grande, MS, abril de 2001.

³Documentário “*Noam Chomsky e a mídia - o consenso fabricado*”. Austrália, Canadá, Noruega, Finlândia, 1992. 167 min.

popular das instituições e de derrubada das estruturas autoritárias são o caminho da liberdade e da democracia”.

Noam Chomsky explica que o modelo de propaganda focado no uso instrumental da mídia sobre a vida (modos de pensar, agir, consumir e, enfim, viver) das pessoas é uma marca que se acentuou no século XX, de forma mais enfática a partir da Segunda Guerra (1939-1945) e com a Guerra Fria, sob controle e incentivo de indústrias armamentistas sediadas em países imperialistas.

É a lógica da manipulação informativa, acelerada com a digitalização midiática, que impulsiona o que Noam Chomsky nomeia como campanhas sistemáticas e orquestradas para produzir consensos nos modos de pensar das maiorias que, em geral, assistem quase tudo à distância e indiferentes, pois as ações não preveem qualquer forma de inclusão social participativa, a não ser pelo consumo, que reproduz relações de lucro aos mesmos grandes monopólios de serviços, comércio e indústria.

Obviamente, por acreditar no potencial humanista de liberação, o escritor norte-americano – guardadas as proporções e apostas como o faz o professor Lage – vê nas mesmas maiorias silenciadas condições para romper com a lógica de dominação global que impera nas sociedades capitalistas.

O controle de opinião envolve e marca disputas permanentes, escolhas políticas, silêncios sobre temas relevantes e ênfase (destaque e repetição) dos eixos de ação propagandística. A reflexão do professor Lage, aqui, confirma a atualidade de situações que marcam acontecimentos globais em pleno 2022. “É a unilateralidade que transforma guerras em entusiasmantes exposições de tecnologia e tem levado ao abandono de políticas eficientes de saúde em benefício de outras que apenas beneficiam a indústria” (1998, p. 350). Qualquer similaridade, como se vê, pode não ser mera coincidência!

A atualidade do tema do livro do professor Lage pode, facilmente, dialogar com características dos principais problemas que atravessam a terceira década do século XXI: o uso da desinformação como estratégia de disputa de opinião, o aparelhamento de setores do Estado por grupos (pessoas, partidos e demais organizações) que negam a própria legitimidade da representação política, a projeção de “dirigentes” a partir da propagação de mentiras, situações inventadas ou criadas para manter segmentos alinhados em crenças sem qualquer sustentação na realidade social, campanhas orquestradas pela desinformação, contrárias à ciência, ao interesse coletivo e, em última instância, à vida das pessoas, inclusive das que acreditam, replicam e compartilham tais mentiras.

É esse o assunto que o jornalista e cientista político italiano Giuliano da Empoli discute no livro *Engenheiros do caos*.

No mundo de Donald Trump, de Boris Johnson e de Jair Bolsonaro, cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo. Mal se está comentando um evento, e este já é eclipsado por outro, numa espiral infinita que catalisa a atenção e satura a cena midiática. Diante desse espetáculo, é grande a tentação, para muitos observadores, de levar as mãos aos céus e dar razão ao bardo: ‘o tempo está fora do eixo!’. No entanto, por trás das aparências extremadas do Carnaval populista, esconde-se o trabalho feroz de dezenas de *spin doctors*, ideólogos e, cada vez mais, cientistas especializados em Big Data, sem os quais os líderes do novo populismo jamais teriam chegado ao poder (EMPOLI, 2019, p. 12).

O cenário descrito pelo autor remete ao contexto da pós-verdade, que tem suas principais bases na expansão da desinformação e na prevalência das crenças pessoais e emoções em relação aos fatos da realidade social. Conforme Borges Júnior (2019, p. 526), trata-se da “transformação dos mecanismos de funcionamento e expressão da esfera pública, que parecem migrar do domínio do ‘discurso argumentativo’ para o da ‘imagem midiática’”. O resultado das práticas de dissemina-

ção de desinformação interfere diretamente nas condições para o debate público e para o exercício da democracia.

Juntos, esses engenheiros estão em vias de reinventar uma propaganda adaptada à era dos *selfies* e das redes sociais, e, como consequência, transformar a própria natureza do jogo democrático. Sua ação é a tradução política do Facebook e do Google. É naturalmente populista, pois, como as redes sociais, não suporta nenhum tipo de intermediação e situa todo mundo no mesmo plano, com um só parâmetro de avaliação: os *likes*, ou curtidas. É uma ação indiferente aos conteúdos, porque, como as redes sociais, só tem um objetivo: aquilo que os pequenos gênios do Vale do Silício chamam de ‘engajamento’ e que, em política, significa adesão imediata (EMPOLI, 2019, p. 13).

Ainda segundo o autor (EMPOLI, 2019, p. 15), há uma lógica oculta que sustenta as *fake news* e as teorias da conspiração que se constitui, além de propaganda, como vetor de coesão. Por esta via, as estratégias de controle de opinião na era das redes digitais implicam seguir e adotar técnicas que pouco se diferenciam das orientações da política de propaganda massiva. Pela análise do pesquisador italiano, talvez, em outros termos, trata-se de uma atualização do que gestores de oligopólios midiáticos já exercitaram, sem cerimônia, há poucas décadas.

Se o algoritmo das redes sociais é programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo capaz de atraí-lo com maior frequência e por mais tempo à plataforma, o algoritmo dos engenheiros do caos os força a sustentar não importa que posição, razoável ou absurda, realista ou intergaláctica, desde que ela intercepte as aspirações e os medos – principalmente os medos – dos eleitores (EMPOLI, 2019, p. 13).

O fenômeno das *fake news*, que ganhou relevo nas disputas políticas nos últimos anos, sustenta-se sobretudo na desinformação difundida por meio das redes sociais. Assim, a difusão de desinformação, que consiste na utilização de dados manipulados, na distorção de dados verdadeiros, entre outras variações (CANAVILHAS; FERRARI, 2018), atinge potencial de difusão incomparável em relação aos processos tradicionais de comunicação, impactando os modos de formação de opinião.

Enquanto a propagação de mentiras reproduz e cria uma “bolha” de adesão no entorno de lideranças fabricadas pelos planos desenhados por “engenheiros do caos”, o que ainda se vê são setores expressivos da população, inclusive atores intelectuais, incrédulos e sem ação efetiva para cobrar políticas públicas para buscar saídas aos problemas decorrentes dos desmandos da crescente desinformação coletiva. Na análise de Empoli (2019, p. 13), “o jogo não consiste mais em unir as pessoas em torno de um denominador comum, mas, ao contrário, em inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los, mesmo à revelia”.

À medida que o cenário comunicacional no século XXI se reconfigura e nos deslocamos de um ambiente controlado pelas empresas de mídia para o jornalismo pós-industrial (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), perpassado pelo fenômeno da convergência no ambiente digital (COSTA, 2018), as relações com os processos de produção, circulação e consumo informativo são também alteradas e possibilitam repensar a formação da opinião. A releitura de Lage (1998), neste contexto, remete ao questionamento sobre o modo como o ambiente das redes recria o debate sobre as relações de poder e redimensiona o papel do público na composição de uma “opinião publicamente manifesta”. Preserva-se, aqui, a abordagem crítica sobre os limites a um debate efetivo na construção de um consenso.

Quanto mais nosso mundo é dos espertos, mais somos uma sociedade de ingênuos, levados a confiar em um poder paterno, difuso e impessoal, que zela por nosso bem-estar e segurança, mobiliza-nos para boas causas, afasta-nos das más, informa-nos de tudo que

precisamos saber e nos ensina tudo que devemos fazer. Numa situação como essa, faz falta o contraditório, o debate efetivo em torno dos discursos, edificantes ou não, que marcam a unanimidade aparente em nosso tempo. A ausência de vozes críticas é um sinal dramático de crise da inteligência (LAGE, 1998, p. 379).

As reflexões do autor podem ser lidas diante dos impactos da desinformação, que produz reflexos no jornalismo e nas dinâmicas que envolvem os indivíduos e grupos sociais. Pois, se o processo de formação da opinião pressupõe a presença e a atuação da mídia, discutir os modos como operam os discursos – dos meios hegemônicos à fluidez das redes sociais – é indispensável para problematizar os espaços e expressões do poder na contemporaneidade.

Considerações Finais

A síntese da coletânea, que pode ser facilmente identificada pelas ideias e conceitos sistematizados no capítulo “onze hipóteses” (LAGE, 1998, p. 307-312), registra contribuições pontuais, específicas, atuais e podem servir de orientação de leitura, análise e compreensão de fenômenos frequentes nas sociedades complexas em que a celeridade informacional reproduz a lógica propagandística que norteou ações de disputa política e Guerra Fria na segunda metade do século XX. Remete-se, aqui, à realidade concreta vivenciada pelos povos envolvidos, que raramente coincidia com as imagens de projeção publicitária divulgadas à exaustão por gestores de governos mais preocupados em manter ou mudar estereótipos do que planejar políticas públicas capazes de melhorar a vida da maioria das pessoas que custeavam tais ações (midiáticas espetacularizadas).

Em um contexto marcado por avanços de campanhas generalizadas em diversos campos sociais em que grupos (organizações, partidos e também pessoas físicas) planejam ações de desinformação, criando situações irreais e investindo na veiculação orquestrada de mentiras (*fake news*), como explica o italiano Giuliano da Empoli (2019), a contribuição de Nilson Lage sobre formas de controle da opinião registra uma oportuna sintonia com fenômenos que envolvem ações e estratégias midiáticas. Precisam, por isso mesmo, ser compreendidas e discutidas em nível de Estado para vislumbrar formas de limite e responsabilização com os impactos e consequências que tais inverdades registram na vida de milhares ou milhões de pessoas, que muitas vezes sequer entendem o que um clique, curtida e compartilhamento provocam na avalanche de repercussão descontrolada na internet.

Pelas leituras dos autores que, a partir da segunda década do século XXI estudam o problema, pode-se ponderar aqui que o professor Lage, em sua moderna análise das estratégias hegemônicas de controle de opinião, vislumbrou perspectivas que, agora, fazem tanto ou mais sentido que a proposta do estudo realizado no final dos anos 1990.

Com a palavra, um autor preocupado com o impacto prejudicial que o controle da opinião pública exerce, de forma silenciosa ou não, sobre a vida da maioria da população, que geralmente sequer suspeita que toda produção discursiva é inevitavelmente marcada por disputas de interesses e jogos de poder. Fica, pois, a sugestão reflexiva em forma de alerta, com a inegável força de atualidade que a obra do professor Lage deixa aos estudos da comunicação e, de um modo geral, na importância que o trabalho jornalístico ainda exerce na vida de centenas, milhares ou milhões de pessoas, seja em uma microrregião no interior de um estado, em países que “exportam” basicamente mão de obra aos centros de circulação e consumo turístico ou aos bairros que concentram migrantes nas principais cidades europeias na costa mediterrânea.

O livro *Controle da opinião pública*, ao projetar atualidade aos debates que cercam a problemática da desinformação e colocar em questão os jogos de poder

que perpassam a própria noção de verdade, torna-se um marco das contribuições de Nilson Lage sobre o papel do jornalismo na democracia. Em sintonia com os fundamentos que sustentam a reflexão crítica do autor no conjunto de sua obra, torna-se uma referência importante para dialogar com as transformações do tempo presente e a permanência das formas de controle vigentes na estrutura social.

Referências

ANDERSON, Chris W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 30-89, abr./jun. 2013.

BORGES JÚNIOR, Eli. O que é a pós-verdade? Elementos para uma crítica do conceito. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 496-513, dez. 2019.

CANAVILHAS, João; FERRARI, Pollyana. Fact-checking: o jornalismo regressa às origens. In: BUITONI, Dulcília S. (org.). **Jornalismo em tempo de transformação: desafios de produção e de ação**. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 30-49.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COSTA, Caio Túlio. Verdades e mentiras no ecossistema digital. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 7-18, jan/fev/mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i116p7-18>. Acesso em: 18 mai. 2022.

EMPOLI, Giuliano da. **Engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. São Paulo: Vestígio, 2019.

LAGE, Nilson. **Controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente**. Petrópolis: Vozes/IPEJ, 1998. Disponível em <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/control-da-opinio-publica.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

LAGE, Nilson. **Observador do mundo**. 2022. Disponível em: <https://nilsonlage.com.br/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

LAGE, Nilson. A bolha ideológica e o destino do jornalismo. **Alceu**, vol. 2, n.3, jul./dez. p. 40-53, jul./dez. 2001. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n3_Nilson.pdf. Acesso em: 18 mai. 2022.

LIMA, Samuel Pantoja. Ao mestre Nilson Lage, com amor e gratidão. **objETHOS** (Observatório da Ética Jornalística), Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2021/08/25/homenagem-a-nilson-lage/>. Acesso em: 18 mai. 2022.

NILSON Lage, mestre de uma geração de jornalistas, morre aos 84 anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/nilson-lage-mestre-de-uma-geracao-de-jornalistas-morre-aos-84-anos-25168433>. Acesso em: 18 mai. 2022.